



IVA: Aprovação da lei em DR na véspera "não é aconselhável" - Bastonário dos OTOC



Número de Documento: 11245028

Lisboa, Portugal 30/06/2010 17:07 (LUSA)

Temas: Economia, Negócios e Finanças, Orçamento do Estado e impostos, finanças públicas

Lisboa, 30 jun (Lusa) – O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues Azevedo, criticou hoje a publicação, esta tarde, em Diário da República, da lei que aumenta em um ponto os três escalões do IVA.

“Não é a maneira mais salutar de legislar em matérias desta dimensão, que exigem um espaço de tempo entre a data de publicação da lei, a data em que a lei ganha eficácia, e a data da sua aplicação concreta”, disse à Lusa o responsável.

Apesar de não estarmos “perante uma ilegalidade”, na medida em que o Governo anunciou a entrada em vigor do aumento em um ponto percentual nos três escalões, o facto de a legislação só ter sido publicada esta tarde “não é uma norma ou um procedimento aconselhável”.

No entender de Domingues Azevedo, é necessário que os sistemas e equipamentos sejam “reformatados para passarem a responder às exigências” impostas pela medida.

No entanto, o Bastonário dos OTOC entende que mesmo que a legislação não tivesse sido publicada hoje, as empresas que não têm venda direta ao público não iriam sofrer com isso porque haveria ainda tempo para se adaptarem.

O aumento do IVA é uma das várias medidas que o Governo aprovou para acelerar a redução do défice, de forma a cumprir os limites estabelecidos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Aumentos de impostos e corte nos salários de parte da Administração Pública são outros exemplos de medidas de combate ao défice orçamental, que inclui ainda a criação de uma taxa adicional no IRS de 1 por cento e outra de 1,5 por cento.

Além do aumento da cobrança de IRS, o Governo quer também cobrar mais às grandes empresas, com uma taxa adicional de 2,5 por cento sobre os seus rendimentos, e promete reduzir em 5 por cento os salários de políticos, gestores de empresas públicas, de entidades reguladoras e empresas municipais.

As novas medidas de austeridade poderão ter um impacto positivo de 2 mil milhões, acelerando a redução do défice para os 7 por cento do PIB já neste ano, mas arriscam-se a ter um efeito recessivo na economia através da conjugação da diminuição do rendimento disponível com o aumento dos preços. O próprio ministro das Finanças admitiu esta possibilidade, mas sublinhou que as medidas foram tomadas "para ter o menor efeito recessivo possível".

SMS.

*** Este texto foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico ***

Lusa/Fim